

ANA LIVIA ALVES DA PAIXÃO

**FAMÍLIA E ESCOLA: PARCERIAS ESSENCIAIS
PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

GOIÂNIA

2025

ANA LÍVIA ALVES DA PAIXÃO

**FAMÍLIA E ESCOLA: PARCERIAS ESSENCIAIS
PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria da Luz Santos Ramos

GOIÂNIA

2025

ANA LÍVIA ALVES DA PAIXÃO

**FAMÍLIA E ESCOLA: PARCERIAS ESSENCIAIS
PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, no Curso de Pedagogia,
da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade
Católica de Goiás.

BANCA EXAMINADORA

Professora Orientadora: Dra. Maria da Luz S. Ramos

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Prof. Convidado: Ms. Jaime Ricardo Ferreira

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Goiânia/2025

DEDICATÓRIA

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso, antes de tudo, a Deus, meu amparo constante e fortaleza em todos os momentos da vida. Nos dias em que as dificuldades surgiram e a dúvida tentou me paralisar, foi Ele quem sustentou minha mão, renovou minhas forças e iluminou o caminho para que eu chegasse até aqui.

Dedico também à minha família, em especial à minha mãe, meu maior exemplo de amor, coragem e perseverança. Foi ela quem sempre acreditou em mim, me inspirou com sua fé e me ofereceu apoio incondicional para que eu pudesse trilhar esta caminhada.

Aos meus amigos, que com palavras de incentivo, gestos de carinho e presença nos momentos de cansaço, fizeram desta jornada um percurso mais leve, alegre e significativo.

Dedico ainda a Ana, que tantas vezes duvidou de si mesma, mas nunca desistiu. Soube transformar cada desafio em aprendizado e viveu essa experiência acadêmica com coragem, entrega e muitos sorrisos que iluminam o caminho até o fim.

A cada um de vocês, deixo minha eterna gratidão. Este sonho só se tornou possível porque encontrei no amor, nos conselhos, nas orações e nos abraços de cada um a força necessária para chegar até aqui.

AGRADECIMENTO

A Deus, minha eterna luz e fortaleza, agradeço por cada passo desta caminhada. Foi Sua presença que me sustentou nas incertezas, que acalmou meu coração nas tempestades e encheu minha vida de esperança. Sem o Seu amor e cuidado, não teria chegado até aqui.

À minha mãe, meu maior exemplo de coragem, força e amor incondicional. Mulher guerreira, que nunca mediu esforços para me oferecer a vida que ela mesma não pôde ter, sempre acreditando no meu potencial, mesmo quando eu duvidava. Tudo o que sou e conquisto carrega um pouco do seu coração pulsando em mim.

À minha família, meu porto seguro, que me sustentou com palavras de incentivo, abraços nos momentos de fraqueza e orações silenciosas que me deram forças quando mais precisei. Cada gesto de carinho foi combustível para que eu seguisse firme.

Aos meus amigos, em especial à minha amiga Giovana Fideles, que preencheram minha jornada com risos, conversas que aqueceram a alma e companheirismo nos dias mais desafiadores. Vocês tornaram o caminho mais leve e me lembraram, em cada encontro, que a amizade é um dos maiores presentes da vida.

A todos que, de alguma forma, estiveram presentes nesta trajetória com uma palavra de apoio, um olhar de confiança ou um simples gesto de carinho deixo meu mais profundo agradecimento. Cada contribuição, por menor que parecesse, foi essencial para que este sonho se tornasse realidade.

"A educação da criança pequena é responsabilidade compartilhada entre a escola e a família, ambas fundamentais para o desenvolvimento infantil"
(Campos, 1992).

FAMÍLIA E ESCOLA: PARCERIAS ESSENCIAIS PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Livia Alves da Paixão

RESUMO: O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema “Família e Escola: Parcerias Essenciais para a Educação Integral na Educação Infantil” e tem como objetivo investigar o papel desempenhado por esses dois contextos na formação integral da criança de 0 a 5 anos e 11 meses. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, fundamentada no diálogo com autores como Ariès (1981), Campos (1981, 1992, 2011), Rego (1995), Paulo Freire (1996), Vygotsky (1998), Kuhlmann Jr (2000), Bronfenbrenner (2004), Wallon (2007), Saviani (2008), Oliveira (2011), Rosemberg (2011), Libâneo (2013), Pelegrini (2018), entre outros. A investigação buscou compreender a relevância da articulação entre família e escola para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e moral das crianças. A análise evidencia que o envolvimento da família, aliado ao trabalho pedagógico realizado pela escola, contribui de maneira significativa para a construção de uma educação integral. Ressalta-se, ainda, que o diálogo contínuo e a cooperação entre ambos os contextos são essenciais para o êxito do processo educativo.

Palavras-chave: Família; Escola; Parceria; Educação infantil; Desenvolvimento integral.

ABSTRACT: This study, entitled “*Family and School: Essential Partnerships for Integral Education in Early Childhood Education*,” aims to investigate the role of both family and school in the integral development of children from 0 to 5 years and 11 months. This bibliographic research draws on authors such as Ariès (1981), Campos (1981, 1992, 2011), Rego (1995), Freire (1996), Vygotsky (1998), Kuhlmann Jr (2000), Bronfenbrenner (2004), Wallon (2007), Saviani (2008), Oliveira (2011), Rosemberg (2011), Libâneo (2013), and Pelegrini (2018), among others. The analysis highlights the importance of articulating these two contexts to promote the cognitive, affective, social, and moral development of children. The findings show that active family involvement, combined with the pedagogical work developed by the school, significantly contributes to the construction of integral education. Furthermore, the study emphasizes that constant dialogue and collaboration between family and school are essential for the success of the educational process.

Keywords: Family; School; Partnership; Early childhood education; Integral development.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CF- Constituição Federal

FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

ZDP- Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
 CAPÍTULO I - RETROSPECTO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	 12
1.1 Origens da Educação Infantil: da assistência à escolarização	12
1.2 Marcos legais e políticas públicas da Educação Infantil no Brasil	14
1.3 A Educação Infantil na atualidade: avanços, desafios e perspectivas	18
 CAPÍTULO II - O PAPEL DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA DE 0 A 5 ANOS E 11 MESES	 21
2.1 O papel da família no desenvolvimento integral da criança	21
2.2 O papel da escola na formação da criança pequena	25
2.3 A corresponsabilidade entre família e escola no desenvolvimento integral da criança	27
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 31
REFERÊNCIAS	33

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A primeira infância constitui um momento fundamental para o desenvolvimento integral da criança, abrangendo aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais e culturais. É nesse período que se estabelecem as bases para a formação da identidade, da autonomia e das primeiras formas de compreensão do mundo. Assim, refletir sobre os processos que permeiam o desenvolvimento infantil e sobre as práticas educativas voltadas para essa faixa etária torna-se essencial para assegurar uma educação de qualidade.

A família, enquanto primeira instituição social da qual a criança faz parte, desempenha um papel insubstituível na formação de vínculos afetivos, valores, comportamentos e aprendizagens iniciais. É no ambiente familiar que se constroem as primeiras experiências de cuidado, proteção, sociabilidade e linguagem, que servirão de base para o desenvolvimento posterior. Dessa forma, compreender a importância da família e suas contribuições no processo educativo é imprescindível para garantir o desenvolvimento pleno da criança.

Contudo, o processo educativo não se limita ao contexto familiar. A escola assume uma função ampliada na formação da criança, oferecendo experiências pedagógicas e sociais que contribuem para o desenvolvimento de habilidades, saberes e competências indispensáveis para a vida em sociedade. Na Educação Infantil, o papel da escola é promover vivências que estimulem a curiosidade, a imaginação, a criatividade, a socialização e a construção do conhecimento, assegurando o direito das crianças a aprender, brincar, expressar-se e conviver.

Nesse sentido, a parceria entre família e escola emerge como elemento indispensável para a garantia de uma educação integral e humanizadora. Quando esses dois contextos atuam de forma cooperativa, dialogada e corresponsável, fortalecem o desenvolvimento infantil e favorecem a construção de práticas educativas mais significativas, acolhedoras e inclusivas. Reconhecer a importância desse diálogo e refletir sobre maneiras de fortalecer essa relação é essencial para a qualificação do processo educativo.

Considerando tais aspectos, este estudo busca compreender o papel da família e da escola no desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos e 11 meses, destacando a importância da parceria entre ambas para a construção de experiências educativas mais efetivas e humanizadoras. A pesquisa fundamenta-se em referenciais

teóricos que abordam o desenvolvimento infantil, as relações interpessoais e o papel das instituições educadoras, articulando essas reflexões com a prática pedagógica.

O presente trabalho está organizado em dois capítulos, além destas considerações iniciais e das considerações finais. No primeiro capítulo, apresenta-se a história da Educação Infantil no Brasil, entendida como uma construção social e econômica.

No segundo capítulo, discute-se o papel da família e da escola na Educação Infantil e sua contribuição para o desenvolvimento integral, enfatizando a corresponsabilidade nessa formação e a importância da formação pedagógica, das interações e das experiências educativas.

Por fim, apresentam-se as considerações finais, com as principais reflexões e contribuições deste estudo.

CAPÍTULO I - RETROSPECTO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

“A educação é um processo social. É desenvolvimento.
Não é a preparação para a vida; é a própria vida”
(John Dewey).

O primeiro capítulo apresenta um panorama histórico da Educação Infantil no Brasil, destacando seu percurso de um modelo assistencialista para a consolidação como espaço educativo. Em suas origens, a Educação Infantil esteve vinculada a práticas de assistência social, voltadas principalmente ao cuidado das crianças das classes populares.

Com o passar do tempo, especialmente a partir da segunda metade do século XX, importantes marcos legais contribuíram para a transformação desse cenário. Assim, o capítulo evidencia que a Educação Infantil no Brasil percorreu um caminho de profundas transformações e conquistas, mas que sua consolidação como educação de qualidade exige vigilância constante, compromisso coletivo e ações que assegurem condições igualitárias para todas as crianças.

1.1 Origens da Educação Infantil: da assistência à escolarização

Historicamente, o conceito de infância é relativamente recente. Durante a Idade Média, não havia uma compreensão específica dessa fase da vida: as crianças eram vistas como adultos em miniatura, vestiam-se como eles, trabalhavam e participavam das mesmas atividades, sem um olhar pedagógico ou afetivo diferenciado para seu processo de desenvolvimento.

Essa concepção apenas começou a se transformar a partir de estudos como os de Philippe Ariès (1981), que apontou a emergência de uma nova percepção da criança como sujeito social, histórico e dotado de características próprias. Para Ariès (1981):

A consciência da particularidade infantil não existia. A criança era misturada aos adultos assim que passava a dispensar os cuidados da primeira infância; não havia ainda a noção de infância como um período específico da vida (Ariès, 1981, p. 10).

No Brasil, a Educação Infantil surgiu apenas no século XX, associada inicialmente à necessidade de cuidado das crianças cujas mães trabalhavam nas fábricas. Desde sua origem, observou-se uma nítida divisão entre creches e pré-escolas, distinção que não se restringia à faixa etária atendida, mas estava profundamente vinculada a fatores sociais e econômicos.

As creches, voltadas principalmente aos filhos da classe trabalhadora, tinham como função central o cuidado e a assistência marcadas por práticas higienistas e assistencialistas, enquanto as pré-escolas atendiam predominantemente filhos das classes média e alta, com ênfase na preparação pedagógica para a escolarização. Essa dualidade reforçava as desigualdades sociais, conferindo à Educação Infantil um caráter seletivo desde sua institucionalização.

Com o avanço da industrialização e da urbanização, sobretudo em grandes centros como São Paulo, intensificou-se a inserção feminina no mercado de trabalho. Esse movimento tornou imprescindível a criação de espaços de acolhimento para as crianças. Inicialmente, as creches nasceram de acordos entre indústrias e instituições filantrópicas, sendo posteriormente exigidas em empresas que contratassem mais de trinta mulheres. Entretanto, com a conquista de alguns direitos trabalhistas, os investimentos diminuíram, prevalecendo as creches filantrópicas, frequentemente com baixo apoio estatal. Para Campos (1981):

A inserção cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho, motivada pela queda do poder aquisitivo das famílias, fez com que a creche se tornasse uma necessidade social. Esse processo revelou como a Educação Infantil no Brasil surgiu vinculada a demandas econômicas e assistenciais, e não ao reconhecimento da criança como sujeito de direito (Campos; Patto; Mucci, 1981, p. 37).

Enquanto isso, a pré-escola assumia caráter distinto: voltada a crianças das classes média e alta, buscava a preparação pedagógica para o ingresso no ensino fundamental, com atividades educativas mais estruturadas. Essa diferenciação de creche voltada ao cuidado dos filhos de operários e pré-escola direcionada à formação das elites evidencia que, em suas origens, a Educação Infantil foi marcada por interesses sociais e econômicos, mais do que pela valorização da infância em si.

Kuhlmann Júnior (2000) aprofunda essa análise ao apontar que a institucionalização da Educação Infantil esteve atravessada por interesses políticos e sociais, configurando uma pedagogia assistencialista voltada à submissão e

adaptação das classes populares à ordem vigente. Segundo o referido autor, “[...] a educação assistencialista promovia uma pedagogia de submissão, que pretendia preparar os pobres para aceitar a exploração social” (Kuhlmann Jr., 2000, p. 8).

Por outro lado, Oliveira (2011) amplia a discussão ao destacar a necessidade de uma prática pedagógica que contemple o desenvolvimento integral da criança. Para a autora, o brincar deve ser entendido como eixo estruturante do trabalho pedagógico, uma vez que representa a forma privilegiada de expressão, aprendizagem e desenvolvimento na infância.

Como afirma Oliveira (2011) o brincar se constitui

[...] como um campo de vivências e explorações, zona de múltiplos recursos e possibilidades para a criança reconhecer objetos, experiências, significados de palavras e expressões, além de ampliar o mundo de sensações e percepções (Oliveira, 2011, p. 197).

Dessa forma, evidencia-se que a Educação Infantil no Brasil teve sua origem marcada pela desigualdade social e por um caráter predominantemente assistencialista. Com o passar do tempo, entretanto, houve avanços significativos rumo ao reconhecimento da criança como sujeito de direitos, o que implicou a necessidade de profissionais qualificados, práticas pedagógicas intencionais e ambientes que valorizem a especificidade da infância como etapa essencial da formação humana.

Neste contexto, no próximo item discorreremos sobre a trajetória legal da Educação Infantil no Brasil, abordando seus principais marcos normativos: a Constituição Federal de 1988, a nova LDB de 1996 e, por fim, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, documentos que consolidam avanços no reconhecimento e na regulamentação dessa etapa fundamental da educação básica.

1.2 Marcos legais e políticas públicas da Educação Infantil no Brasil

A trajetória da Educação Infantil no Brasil é marcada por avanços graduais que a transformaram de um serviço de caráter assistencial para uma etapa reconhecida como direito da criança e parte essencial da Educação Básica. Um marco fundamental desse processo foi a Constituição Federal de 1988, que, ao definir a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, reconheceu a Educação Infantil como

parte do sistema educacional e assegurou às crianças de 0 a 5 anos e 11 meses o direito ao atendimento em creches e pré-escolas.

Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) consolidou esse entendimento ao incluir a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica e ao estabelecer diretrizes para seu caráter pedagógico, superando definitivamente a visão assistencialista que predominava nas décadas anteriores.

A legislação não compreendia a Educação Infantil como direito da criança, mas como medida assistencial. Referia-se à educação pré-primária, destinada a crianças menores de sete anos, com função de preparar para o ensino primário.

O artigo 24, estimulava empresas com grande número de funcionárias a manter instituições de educação pré-primária, evidenciando a função social voltada ao atendimento dos filhos das trabalhadoras conforme pode ser visto a seguir:

Art. 24. As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária (Brasil, 1961).

Assim, a lei reforçava a dualidade apontada por Campos, Patto e Mucci (1981): creches destinadas às camadas populares, com caráter assistencial, e pré-escolas voltadas às classes médias e altas, com enfoque pedagógico. Ainda que representasse um passo na regulamentação do sistema educacional, manteve a infância vinculada a interesses sociais e políticos, longe de ser reconhecida como direito universal.

Para os referidos autores a inserção cada vez maior

[...] das mulheres no mercado de trabalho, motivada pela queda do poder aquisitivo das famílias, fez com que a creche se tornasse uma necessidade social. Esse processo revelou como a Educação Infantil no Brasil surgiu vinculada a demandas econômicas e assistenciais, e não ao reconhecimento da criança como sujeito de direito (Campos; Patto; Mucci, 1981, p. 37).

Nesse sentido, a Constituição de 1988 representou um divisor de águas e rompeu com a lógica assistencialista e reconheceu a educação como direito social e universal. O artigo 205, estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, já o artigo 208, inciso IV, determinou que o

Estado deve garantir educação infantil em creche e pré-escola às crianças de até cinco anos. Como pode ser visto a seguir

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 208 - IV - O atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade (Brasil, 1988).

O artigo 211 e seu parágrafo 1º, atribuiu aos municípios a responsabilidade prioritária pela Educação Infantil, descentralizando sua gestão como pode ser constatado a seguir:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará e financiará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, e prestará assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória (Brasil, 1988, art. 211).

A Constituição, portanto, inscreveu a infância como sujeito de direitos, consolidando a transição da Educação Infantil de serviço assistencial para etapa do processo educacional.

A atual LDB reafirmou os princípios constitucionais e organizou a educação brasileira de forma sistêmica. O artigo 21, 29 e 30, incluiu oficialmente a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, ao lado do ensino fundamental e médio.

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) (Brasil, 1996).

Com isso, a LDB nº 9.394/96 fortaleceu a mudança paradigmática iniciada pela Constituição de 1988, legitimando a Educação Infantil como direito, embora ainda persistam tensões entre cuidado e educação, resquícios de sua origem assistencialista.

A publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representou um novo avanço. Normativa e de caráter obrigatório, ela define os direitos de aprendizagem e desenvolvimento que devem ser assegurados a todas as crianças brasileiras. Na Educação Infantil, a BNCC organiza o currículo em cinco campos de experiência:

1. O eu, o outro e o nós;
2. Corpo, gestos e movimentos;
3. Traços, sons, cores e formas;
4. Escuta, fala, pensamento e imaginação;
5. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Conforme a BNCC

Os campos de experiências são organizadores do trabalho pedagógico na Educação Infantil, nos quais as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças se dão por meio das interações e das brincadeiras, que são eixos estruturantes dessa etapa da Educação Básica (Brasil, 2017, p. 36).

Essa organização valoriza o brincar, a interação e as experiências significativas, consolidando a infância como fase de direito e de desenvolvimento integral. Entretanto, sua implementação enfrenta desafios: formação e valorização docente, adequação das práticas às realidades locais, infraestrutura e financiamento. Além disso, há o risco de interpretações reducionistas que levem a práticas escolarizantes precoces, em contradição à concepção de infância defendida por pesquisadores e diretrizes anteriores.

Ao longo das últimas décadas, a Educação Infantil brasileira percorreu um caminho de profundas transformações. De uma concepção assistencialista, vinculada ao cuidado e à proteção social da criança frequentemente associada ao trabalho feminino, avançou para o reconhecimento da Educação Infantil como direito fundamental da criança e dever do Estado e da família.

Contudo, a efetivação da qualidade na Educação Infantil ainda depende de políticas públicas consistentes, investimentos contínuos e práticas pedagógicas

intencionais, capazes de respeitar a infância como etapa singular e essencial da formação humana.

Dessa forma, discutiremos a seguir os avanços conquistados pela Educação Infantil a partir dos marcos legais mencionados, os desafios persistentes nas instituições de ensino e as perspectivas futuras para o fortalecimento dessa etapa fundamental da educação básica.

1.3 A Educação Infantil na atualidade: avanços, desafios e perspectivas

Após um longo período histórico marcado por práticas assistencialistas e por profundas desigualdades sociais evidenciadas, sobretudo, pela diferença de tratamento entre creches e pré-escolas, a luta pela garantia dos direitos da Educação Infantil no Brasil ganhou novo impulso com a Constituição Federal de 1988, que assegurou a educação como direito social e universal. Posteriormente, a LDB no. 9394/1996), reafirmou esse direito, consolidando o dever do Estado em ofertar a Educação Infantil e reconhecendo seu caráter educacional. Mais recentemente, a BNCC reforçou a organização curricular, orientando práticas pedagógicas intencionais voltadas ao desenvolvimento integral das crianças.

Esses marcos legais representaram conquistas significativas ao transformar a Educação Infantil em etapa da Educação Básica, reconhecendo-a como direito de todas as crianças e dever do Estado. Com isso, superou-se gradualmente a visão assistencialista, e a infância passou a ser compreendida como fase essencial da formação humana, com demandas próprias de aprendizagem e socialização. Conforme foi dito anteriormente.

Apesar desses avanços, a efetivação da educação de qualidade enfrenta obstáculos históricos e estruturais. Campos, Rosemberg e Ferreira (2011) apontam que, mesmo após a promulgação da Constituição e da LDB, a expansão da Educação Infantil esbarrou na ausência de mecanismos de financiamento adequados por parte da União, o que resultou em desigualdades profundas entre redes municipais e comprometeu a qualidade do atendimento. Muitas prefeituras foram obrigadas a improvisar soluções, abrindo vagas sem assegurar profissionais qualificados, infraestrutura ou materiais pedagógicos, o que manteve traços do modelo assistencialista.

Na mesma direção, Rosemberg (2011) demonstra que, mesmo após a criação do FUNDEB¹ Em 2007, os avanços esperados em termos de valorização salarial, formação docente e melhoria da infraestrutura não se concretizaram plenamente. A insuficiência dos repasses da União e a desigual capacidade financeira dos municípios perpetuaram disparidades na oferta e na qualidade da Educação Infantil, impondo aos entes locais a maior parte da responsabilidade pela expansão do atendimento.

Nesse cenário, consolidar a Educação Infantil como etapa de direito e de qualidade exige superar a herança assistencialista, garantindo:

- políticas públicas eficazes e financiamento adequado;
- valorização profissional, com salários justos e formação continuada;
- infraestrutura física e pedagógica condizente com as necessidades da infância;
- práticas educativas intencionais que respeitem a criança em sua integralidade.

Enquanto Campos (2011) enfatiza a importância da legislação na consolidação dos direitos da criança, Rosemberg (2011) chama atenção para os desafios relacionados à efetivação desses direitos, especialmente no que diz respeito ao financiamento e à implementação de políticas públicas adequadas. Desse modo, os debates contemporâneos indicam que, embora haja reconhecimento legal e ampliação do acesso, a Educação Infantil brasileira ainda requer esforços permanentes para assegurar qualidade, equidade e respeito à infância como uma etapa singular do desenvolvimento humano.

Segundo Rosemberg (2011, p. 28), “[...] esse novo consenso na sociedade brasileira assume que a criança pequena é cidadã: tem direitos, tem potencial, é parte integrante da população brasileira”. Tal concepção reforça a necessidade de compreender a infância como um tempo de descoberta, aprendizagem e pertencimento, e não apenas como uma preparação para etapas posteriores da vida escolar.

Dessa forma, no próximo capítulo, discutiremos o papel da família na formação integral da criança, o papel da escola nesse processo e, por fim, a relação entre ambas como corresponsáveis pela educação e integração da criança na sociedade, com vistas à promoção de uma educação integral, humanizada e inclusiva.

¹ FUNDEB: É o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

CAPÍTULO II - O PAPEL DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA DE 0 A 5 ANOS E 11 MESES

“É preciso que a família e a escola se reconheçam como parceiras na tarefa de humanizar, educar e libertar”
(Paulo Freire).

O presente capítulo busca discutir a importância da família e da escola no desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos e 11 meses, evidenciando como esses dois espaços educativos se complementam e contribuem de forma essencial para a formação plena dos sujeitos. Busca-se compreender o papel de cada um no processo de construção do conhecimento, da afetividade e da socialização, elementos fundamentais para o desenvolvimento global da criança.

Inicialmente, aborda-se a família como a primeira e mais significativa instituição educativa, responsável por oferecer afeto, segurança, limites, socialização e valores que constituem a base para as experiências futuras da criança. Em seguida, analisa-se o papel da escola como espaço de ampliação das vivências sociais e cognitivas, onde o aprendizado se estrutura de maneira intencional e sistematizada.

Por fim, o capítulo enfatiza a parceria entre família e escola como um eixo de corresponsabilidade, destacando a necessidade de uma relação colaborativa e contínua entre esses dois contextos para promover uma educação verdadeiramente integral. Em síntese, demonstra-se que o desenvolvimento pleno da criança de 0 a 5 anos e 11 meses depende da atuação articulada entre família e escola, cuja cooperação é imprescindível para a formação de sujeitos críticos, autônomos e socialmente participativos.

2.1 O papel da família no desenvolvimento integral da criança

Ao refletir sobre o desenvolvimento integral da criança, compreende-se que a família é a primeira instituição social responsável pela sua formação. Como foi dito anteriormente para entender esse papel, é fundamental considerar o aspecto jurídico, isto é, os direitos e deveres atribuídos à criança e à família desde o nascimento.

A Constituição Federal de 1988 reconhece a família como uma instituição essencial para a formação do indivíduo e para a efetivação do direito à educação, conferindo-lhe especial proteção do Estado. “Art. 226. A família, base da sociedade,

tem especial proteção do Estado” (Brasil, 1988, art. 226). Ainda reforça a responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e Estado na garantia dos direitos fundamentais da criança, assegurando condições de vida digna e o pleno desenvolvimento humano. Conforme o art. 227 que assim se apresenta:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988, art. 227).

Dessa forma, o dever da família vai muito além de suprir as necessidades materiais da criança. Cabe-lhe exercer uma função social e educativa, promovendo valores, hábitos e práticas que contribuam para a formação cidadã. O ambiente familiar constitui-se, portanto, como o primeiro contexto de socialização e aprendizagem, no qual a criança tem contato com linguagens, valores e práticas culturais que sustentam seu processo de desenvolvimento.

Para compreender de forma mais ampla o papel da família, Rego (1995) apresenta as contribuições da teoria histórico-cultural de Vygotsky, que afirma que o indivíduo não se desenvolve isoladamente, mas em constante interação com o meio social. Assim, a família é o primeiro espaço de mediação simbólica, onde a criança tem contato com a linguagem, os valores e as práticas culturais que orientam a construção de sua subjetividade.

Vygotsky (1981) apresenta o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que representa a distância entre aquilo que a criança consegue realizar sozinha e o que pode alcançar com a ajuda de um adulto ou de um par mais experiente. Assim, o papel da família e, posteriormente, da escola é guiar e apoiar o desenvolvimento infantil, favorecendo que a criança avance de forma autônoma.

Como destaca Rego (1995, p. 61): “O desenvolvimento do psiquismo humano é sempre mediado pelo outro (outras pessoas do grupo cultural), que indica, delimita e atribui significados à realidade”. Essa afirmação reforça que aprendizagem e desenvolvimento não ocorrem de forma isolada, mas são processos interativos e relacionais, nos quais as crianças constroem sentidos sobre o mundo e sobre si mesmas a partir das experiências compartilhadas.

Ainda de acordo com a referida autora, no contexto da Educação Infantil, esse processo é ainda mais relevante, pois, ao interagir com educadores, colegas e o ambiente, a criança atribui significados às suas experiências e desenvolve capacidades cognitivas, sociais e emocionais, essenciais ao seu crescimento.

Ainda segundo Rego (1995):

Desse modo, a atividade que antes precisava ser mediada (regulação interpsicológica ou atividade interpessoal) passa a constituir-se em um processo voluntário e independente (regulação intrapsicológica ou atividade intrapessoal) (Rego, 1995, p. 61).

Seguindo esse raciocínio Vygotsky (1981) observa que desde os primeiros dias de desenvolvimento da criança, suas atividades

[...] adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetivos definidos, são refratadas através do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social. (Vygotsky, 1981, p. 33 *apud* Rego, 1995, p. 61).

Essa reflexão evidencia que o desenvolvimento da criança ocorre a partir da aprendizagem mediada pelo outro, e é nesse processo que ela constrói gradualmente sua autonomia e independência.

A partir dessa perspectiva, a afetividade familiar deve ser compreendida não apenas como demonstração de carinho, mas como um processo educativo e formador, no qual a criança encontra os primeiros modelos de comportamento, linguagem e empatia. Assim como defende Wallon (2007), o desenvolvimento integral é resultado da interação constante entre o meio físico, social e afetivo no qual a criança está inserida.

Para Wallon (2007)

As situações com as quais a emoção confunde o indivíduo não são apenas incidentes materiais, mas também o ambiente humano; é no meio psíquico que ela substitui em grande parte, sobretudo na criança (Wallon, 2007, p. 83).

Diante do exposto, compreende-se que o desenvolvimento integral da criança envolve dimensões jurídicas, sociais, cognitivas e afetivas, nas quais a família desempenha papel essencial. Reconhecida como base da sociedade e corresponsável, juntamente com o Estado e a comunidade, pela formação plena do indivíduo, a família constitui-se como o primeiro e mais importante espaço de desenvolvimento humano.

É no convívio familiar que a criança estabelece suas primeiras interações sociais, aprendendo a se comunicar, a expressar emoções e a construir valores que orientarão sua trajetória pessoal e social. Nesse ambiente, ocorre a mediação simbólica que possibilita à criança internalizar hábitos, linguagens, afetos e práticas culturais, fundamentais para a construção de sua identidade.

O vínculo afetivo e o clima emocional vivenciados nesse contexto exercem influência direta sobre a forma como a criança aprende, sente e se relaciona com o mundo. A afetividade atua como elemento integrador entre o pensar, o sentir e o agir, servindo de base para o desenvolvimento da autonomia, da empatia e da aprendizagem significativa.

Ainda, segundo Wallon (2007)

Enquanto o jovem animal [...] ajusta diretamente as suas reações às situações do mundo físico, a criança permanece meses e anos sem nada poder satisfazer dos seus desejos senão por intermédio de outrem. O seu único instrumento vai, portanto, ser o que a põe em relação com aqueles que a rodeiam. [...] Desde as primeiras semanas e desde os primeiros dias, constituem-se encadeamentos donde surgirão as bases das relações interindividuais. As emoções são já a expressão do social (Wallon, 2007, p. 55-56).

Assim, a família não é apenas responsável por suprir as necessidades materiais e de cuidado, mas constitui-se como a primeira e mais significativa instituição educativa e formadora do ser humano, sendo fundamental na promoção de um desenvolvimento integral que pode unir razão, emoção e valores humanos. No próximo item discorreremos sobre o papel da escola e sua importância para a formação do sujeito integral.

2.2 O papel da escola na formação da criança pequena²

A Educação Infantil constitui a base essencial da formação do indivíduo e representa a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece o artigo 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) conforme apresentado anteriormente. Essa etapa tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os 5 anos e 11 meses de idade, abrangendo os aspectos físico, psicológico, intelectual e social, de modo a complementar a ação educativa da família e da comunidade.

Essa definição legal evidencia que a escola exerce um papel fundamental na formação da criança, configurando-se como um espaço de socialização, aprendizagem e construção de saberes. É no ambiente escolar que a criança amplia suas experiências, desenvolve a linguagem, estabelece vínculos afetivos e aprende a conviver com a diversidade, que são elementos essenciais para a formação da autonomia e da identidade.

Mais do que um local de transmissão de conhecimentos, a escola é um ambiente educativo intencionalmente organizado, que favorece o desenvolvimento integral por meio de interações significativas e práticas pedagógicas planejadas. Nesse espaço, a criança tem a oportunidade de explorar, descobrir, criar e expressar-se, construindo sentidos sobre o mundo e sobre si mesma.

A Educação Infantil deve, portanto, ser compreendida como um espaço de formação humana integral, no qual o cuidar e o educar se articulam de forma indissociável, promovendo aprendizagens que respeitam a infância como uma etapa singular, rica em potencialidades, experiências e direitos.

Nessa perspectiva, o papel da escola na formação da criança pequena ultrapassa o ensino de conteúdos curriculares. A instituição educativa deve configurar-se como um ambiente de interações, descobertas e construção de significados, no qual a criança é reconhecida como sujeito ativo, capaz de pensar, agir, criar e transformar o meio em que vive. Cabe à escola proporcionar experiências significativas que estimulem a curiosidade, a imaginação e a autonomia, favorecendo

² Criança pequena para a BNCC: “A Educação Infantil atende bebês (zero a 1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses), organizadas em diferentes agrupamentos, de acordo com a idade e as propostas pedagógicas das instituições” (Brasil, 2017, p. 35).

o desenvolvimento integral nos aspectos cognitivo, social, afetivo e motor, respeitando o ritmo e as potencialidades de cada criança em um ambiente acolhedor e desafiador.

O desenvolvimento infantil ocorre por meio da interação com o outro e da mediação pedagógica, na qual o educador atua como facilitador da aprendizagem, oferecendo apoio e estímulo para que a criança avance em suas descobertas. O aprendizado é, assim, compreendido como um processo social e cooperativo, no qual a criança amplia suas capacidades cognitivas e emocionais ao interagir com adultos e colegas mais experientes.

Dessa forma, a escola na Educação Infantil tem a missão de criar condições para que a criança explore o mundo, construa conhecimentos e desenvolva habilidades que contribuam para sua formação plena, unindo o aprender, o conviver e o ser. Nesse sentido, Pelegrini e Andrade (2018) destacam que

O contexto escolar e o trabalho pedagógico assumem um papel central no desenvolvimento infantil, pois atuam como mediadores entre a criança e a cultura elaborada e desenvolvida pela sociedade ao longo da história (Pelegrini; Andrade, 2018, p. 5).

Assim, a escola deve ser compreendida como um espaço vivo de experiências e descobertas, onde cada gesto, brincadeira e interação se transforma em aprendizado. É nesse ambiente que a criança desenvolve a confiança em si mesma, aprende a conviver, a respeitar as diferenças e a expressar suas ideias e emoções.

Mais do que transmitir saberes, a escola tem o papel de cultivar o encantamento pelo aprender e de reconhecer a infância como um tempo legítimo de ser e de viver. Ao integrar o cuidar e o educar, o ensinar e o brincar, a escola torna-se um lugar de pertencimento e de humanização, onde se semeiam os valores que sustentam a formação do cidadão e do ser humano em sua plenitude.

Reconhecer a importância da escola como espaço de formação integral implica compreender que o processo educativo da criança pequena não ocorre de maneira isolada. A família e a escola compartilham a responsabilidade pela educação e pelo desenvolvimento pleno da infância, devendo atuar em parceria e em diálogo constante.

Essa relação de corresponsabilidade garante continuidade às experiências educativas, fortalece vínculos afetivos e permite que a criança transite entre os dois ambientes com segurança e confiança. Quando família e escola caminham juntas,

respeitando seus papéis e somando esforços, a formação integral da criança torna-se mais sólida, significativa e humanizadora.

A escola consolida-se, assim, como espaço essencial na formação da criança pequena, pois é nela que se constroem os primeiros vínculos sociais, afetivos e cognitivos, fundamentais para o desenvolvimento integral. Cabe à instituição educativa proporcionar experiências que estimulem a curiosidade, o pensamento crítico e a autonomia, preparando a criança para compreender e transformar a realidade em que vive.

Nesse sentido, Saviani (2008, p. 21) reforça que “A função específica da escola é a de socializar o conhecimento elaborado, possibilitando ao aluno a apropriação do saber historicamente produzido”.

Portanto, a Educação Infantil não se restringe à transmissão de conteúdos ou à preparação acadêmica inicial; ela deve contemplar as dimensões afetiva, social e cognitiva da criança, reconhecendo sua singularidade e respeitando seu ritmo de aprendizagem.

A escola torna-se, assim, um espaço de experiências significativas, no qual o brincar, o conviver e o aprender se articulam para contribuir com a formação de sujeitos autônomos, críticos e capazes de interagir de forma ética e consciente com a sociedade. Ao adotar essa perspectiva, a instituição educativa cumpre sua função social de promover uma educação integral, inclusiva e emancipadora, preparando a criança para participar ativamente do mundo e construir seu próprio conhecimento.

Conforme será abordado no próximo item, a corresponsabilidade na educação integral da criança pequena envolve o reconhecimento do papel da família e da escola nesse processo, bem como a necessidade de fortalecer a parceria entre esses dois espaços formativos. A seguir trataremos acerca da corresponsabilidade entre a família e escola para o desenvolvimento integral da criança.

2.3 A corresponsabilidade entre família e escola no desenvolvimento integral da criança

A Educação Infantil não se limita à transmissão de conteúdos escolares; ela envolve um processo amplo de desenvolvimento integral, que abrange as dimensões cognitivas, sociais, emocionais e afetivas da criança.

Nesse contexto, a parceria entre família e escola assume papel central, pois garante à criança suporte contínuo em diferentes ambientes de convivência, fortalecendo a aprendizagem e promovendo a formação de sujeitos autônomos, críticos e participativos. A corresponsabilidade entre escola e família não se restringe a uma formalidade institucional, mas representa um compromisso ético e pedagógico compartilhado, baseado no cuidado, no acompanhamento e na mediação educativa, permitindo que a criança experimente o conviver, o aprender e o ser de forma articulada e significativa.

Vygotsky (1998) enfatiza que a aprendizagem é um processo essencialmente social e ocorre por meio da interação com adultos e pares mais experientes. A família desempenha papel crucial nesse contexto, pois é no convívio familiar que a criança internaliza valores, normas, comportamentos e estratégias cognitivas que servirão de base para as aprendizagens formais posteriores.

A mediação constante entre escola e família permite que os conhecimentos e habilidades trabalhados no ambiente escolar sejam reforçados em casa, promovendo um desenvolvimento contínuo e coerente. Vygotsky destaca ainda que a participação familiar é determinante na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), uma vez que os adultos atuam como mediadores que ajudam a criança a alcançar níveis mais avançados de compreensão e desempenho do que conseguiria sozinha.

Segundo o referido autor:

O aprendizado que ocorre por meio da interação social é essencial para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores; a mediação dos adultos e de pares mais experientes permite que a criança alcance níveis mais avançados de compreensão e competência (Vygotsky, 1998, p. 88).

Dessa forma, o diálogo permanente entre escola e família amplia as oportunidades de aprendizagem, fortalece as competências cognitivas e sociais e assegura um desenvolvimento integral, que respeita o ritmo e as singularidades de cada criança.

Libâneo (2013) reforça que a parceria entre escola e família é indispensável para a construção de uma educação democrática e de qualidade. O autor argumenta que essa corresponsabilidade não se resume à presença dos pais em eventos escolares, mas exige o compromisso contínuo de acompanhar o desenvolvimento da criança, participar das decisões pedagógicas e contribuir na elaboração de estratégias

educativas conjuntas, criando um ambiente coerente e harmonioso entre casa e escola.

De acordo com Libâneo (2013):

A participação da família na educação escolar não se limita a atividades pontuais, mas envolve corresponsabilidade na construção do conhecimento e na formação integral do aluno, fortalecendo vínculos afetivos e sociais e promovendo uma educação democrática e de qualidade (Libâneo, 2013, p. 142).

Para o referido autor, o envolvimento familiar deve ser contínuo, reflexivo e intencional, garantindo que pais e educadores atuem de maneira articulada na identificação de dificuldades, no desenvolvimento de potencialidades e na promoção de um ambiente educativo acolhedor e coerente. Essa parceria fortalece o sentido da educação como prática coletiva e compartilhada, na qual a criança é reconhecida como o centro do processo de aprendizagem.

Além das contribuições teóricas, estudos empíricos têm demonstrado que a participação ativa da família nas atividades escolares está associada à melhora no desempenho acadêmico e socioemocional das crianças. Ações como reuniões periódicas, projetos de aprendizagem integrados, orientações sobre práticas educativas em casa e envolvimento em decisões pedagógicas fortalecem o vínculo entre família e escola, consolidando a corresponsabilidade e potencializando o desenvolvimento infantil.

Portanto, a articulação entre família e escola constitui um elemento central da Educação Infantil, pois fortalece os processos de aprendizagem, promove o desenvolvimento integral e constrói vínculos afetivos e sociais duradouros. Vygotsky (1998) evidencia que a mediação adulta é essencial para a construção do conhecimento e Libâneo (2013) reafirma a importância da corresponsabilidade como compromisso ético e pedagógico, capaz de transformar a prática educativa em uma ação democrática, inclusiva e de qualidade.

Dessa forma, a parceria entre família e escola deve ser compreendida como um componente estratégico da Educação Infantil. O aprender, o conviver e o ser caminham juntos na medida em que ambos os espaços atuam de forma articulada e complementar. Assim, a corresponsabilidade deixa de ser apenas uma prática desejável e passa a constituir uma condição indispensável para a construção de uma

educação integral, capaz de formar sujeitos autônomos, críticos e preparados para interagir de forma ética, consciente e transformadora com a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“O desenvolvimento da criança depende do que ocorre na relação entre ela, sua família e seu contexto”
(Bronfenbrenner, 2004).*

Ao finalizar este Trabalho de Conclusão de Curso, reafirmamos a centralidade da Educação Infantil como uma das etapas mais sensíveis e estruturantes da Educação Básica. É nesse período que a criança inicia a construção de sua identidade, estabelece vínculos afetivos, amplia suas formas de expressão e exercita sua autonomia. Assim, refletir sobre essa fase e sobre as condições que favorecem o desenvolvimento integral torna-se essencial para a consolidação de uma educação de qualidade.

A análise realizada evidenciou que a família constitui o primeiro e mais determinante contexto educativo da criança. É no ambiente familiar que ela vivencia experiências afetivas fundantes, aprende valores, organiza sua linguagem e constrói suas primeiras interpretações sobre o mundo. Essas vivências são estruturantes para o desenvolvimento emocional, cognitivo, social e moral, razão pela qual reconhecer a família como primeira educadora é imprescindível.

Entretanto, compreendemos que o processo educativo não se encerra no âmbito familiar. A escola, especialmente na Educação Infantil, amplia o repertório cultural, social e simbólico da criança, oferecendo experiências mediadas que potencializam sua aprendizagem e desenvolvimento. A instituição escolar se configura como espaço de convivência, investigação, escuta sensível e construção compartilhada de conhecimentos, reconhecendo a criança como sujeito ativo, criativo e participante.

Diante disso, o estudo reafirma que a articulação entre família e escola não é apenas desejável, mas necessária. Quando esses dois contextos estabelecem uma relação de confiança, diálogo e corresponsabilidade, potencializam significativamente o desenvolvimento integral da criança e contribuem para práticas educativas mais humanas, significativas e transformadoras. Uma parceria consistente entre família e escola fortalece vínculos, favorece a continuidade das aprendizagens e permite enfrentar, de forma colaborativa, os desafios que emergem no cotidiano educativo.

Defendemos que tal parceria deve ser construída e cultivada com abertura, respeito às singularidades, compromisso ético e participação ativa de ambas as

partes. À escola cabe promover espaços de escuta qualificada, diálogo transparente e acolhimento às famílias; às famílias, cabe reconhecer seu papel no processo formativo e envolver-se de maneira efetiva no percurso escolar dos filhos. Quando essa relação se consolida, todos se beneficiam: a criança, que se desenvolve de forma plena; a escola, que aprimora suas práticas; a família, que se fortalece enquanto agente educativo; e a sociedade, que se transforma a partir da educação.

Concluimos, portanto, que investir na parceria entre família e escola significa investir na garantia de direitos, na promoção do desenvolvimento integral e no futuro da educação. Que este estudo possa contribuir para novas reflexões e inspirar práticas que valorizem o diálogo, a cooperação e a construção de uma Educação Infantil mais sensível, democrática, acolhedora e verdadeiramente humanizadora.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 27 dez. 1961.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2017.
- BRONFENBRENNER, Urie. **Ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- CAMPOS, Maria M. Malta; PATTO, Maria H. Souza; MUCCI, Cristina. A creche e a pré-escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 39, p. 35-42, nov. 1981.
- CAMPOS, Maria M. Malta; ROSEMBERG, Fúlvia; FERREIRA, Isabel Cristina de Almeida. Educação infantil: avanços e desafios. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 142, p. 97-123, jan./abr. 2011.
- CAMPOS, Maria M. Malta. **A creche e a pré-escola no Brasil**: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1992.
- GASPARIAN, Maria Cecília Castro. A família, a criança e uma visão psicopedagógica sistêmica. **Rev. psicopedag.** São Paulo, v. 36, n. 111, set./dez. 2019.
- KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 5-18, maio/ago. 2000.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- PELEGRINI, Caroline Silva; ANDRADE, Lizbeth Oliveira de. O desenvolvimento humano na infância: as contribuições de Vygotsky para a educação infantil. **Revista FAEF**, v. 3, n. 3, p. 1-7, 2018.
- REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil pós-FUNDEB: avanços e desafios no contexto federativo. **Educação & Sociedade**, v. 32, n. 116, p. 27-44, jan./mar. 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.